

DAS VERDADES INCONFESSÁVEIS
LEO STRAUSS E O PROBLEMA DA TIRANIA EM MAQUIAVEL

Hugo Araújo Prado¹

RESUMO: O presente texto consiste em um breve esforço de esclarecer alguns pontos sobre a especificidade da leitura de Leo Strauss sobre o problema da tirania em Maquiavel. Em primeiro lugar, procedo a uma avaliação do papel de Maquiavel nas análises de Strauss; ou como Strauss faz dele um interlocutor central em um sentido bastante específico, é em um vívido debate com os princípios e com o pensamento de Maquiavel que Strauss busca legitimar suas principais teses sobre o problema da modernidade. Em segundo, que apresentar algumas considerações sobre o problema da tirania no contexto de um confronto entre uma ciência política maquiaveliana e uma ciência política socrática, como Strauss o concebeu.

Palavras-chave: Tirania, Modernidade, Maquiavel.

ABSTRACT: The present article aims to clarify some points about the peculiarity of Leo Strauss's reading on the problem of tyranny in Machiavelli's thought. In the first place, I shall proceed to an evaluation of the Machiavelli's role in the Strauss's analyses; or how Strauss make him a central interlocutor in a very specific manner, it is in vivid debate against Machiavelli's thought and principles that Strauss wants to legitimate some of his greatest insights about the problem of modern. Second, I want to present some considerations on the problem of tyranny in the context of a confrontation between a machiavellian political science and a socratic political science, as Strauss conceived.

Keywords: Tyranny, Modernity, Machiavelli.

Maquiavel é um autor que ocupa um papel central nas análises de Strauss. As suas diversas ocorrências em textos do autor, bem como o fato dele ter dedicado uma obra de maior fôlego sobre Maquiavel, o tornam um interlocutor privilegiado em um sentido bastante específico, é em oposição a Maquiavel que Strauss pretende legitimar algumas de suas teses principais. O meu intento é proceder a dois movimentos

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: hugoaprado@yahoo.com.br.

interpretativos. O primeiro consiste em analisar qual o lugar que Strauss atribui a Maquiavel na sua leitura sobre a história do pensamento político, sublinhando alguns pontos sobre seu método. Em segundo, quero explicitar a estratégia argumentativa utilizada por Strauss ao proceder a leitura sobre o problema da tirania em Maquiavel. Não se trata de realizar uma leitura straussiana (ou inspirada por Strauss) de Maquiavel, mas destacar as percepções nucleares que Strauss teria em relação ao autor. Isso não significa tentar dar continuidade ou aceitar suas teses, mas buscar abrir possíveis caminhos para interpretação.

I Maquiavel e a modernidade

Strauss inicia o texto *Pensamentos Sobre Maquiavel (Thoughts on Machiavelli)* fazendo referência a algumas teses correntes, como a de Maquiavel como “professor do mal”, Maquiavel como “pai da ciência política moderna” e Maquiavel como um “patriota” (baseada na fala de Maquiavel de que prefere a salvação da sua cidade a da sua alma). Em relação à segunda, pode se dizer que apesar de apontar um certo rumo para compreensão, ela não conseguiria reter o essencial. A última tese apresenta uma problemática de outra ordem. Para Strauss, a posição de Maquiavel como um patriota é dependente do significado do que seria pátria e do que seria a salvação da sua própria alma para ele, o que levaria à conclusão de que tal patriotismo aparece como uma espécie de egoísmo coletivo. Cito:

O patriotismo como Maquiavel entendeu é um egoísmo coletivo. A indiferença à distinção entre certo e errado que surge da devoção a um país é menos repulsiva que a indiferença que surge da preocupação exclusiva com si próprio ou com a glória. Mas é precisamente por esse motivo que é sedutora e, por isso, mais perigosa. O patriotismo é uma espécie de amor por si próprio. O amor por si próprio é inferior ao amor que é tanto por si quanto bom².

Tal posição já acusaria uma ruptura com a tradição, mas também aparece como aquilo que não o tornaria obrigado a se afastar da posição de que Maquiavel seria

2 No original: “Patriotism as Machiavelli understood it is collective selfishness. The indifference to the distinction between right and wrong which springs from devotion to one's country is less repulsive than the indifference to that distinction which springs from exclusive preoccupation with one's own ease or glory. But precisely for this reason it is more seductive and therefore more dangerous. Patriotism is a kind of love of one's own. Love of one's own is inferior to love of what is both one's own and good”. STRAUSS, *Thoughts On Machiavelli*, p. 11.

de fato um professor do mal. A ruptura de Maquiavel não estaria na descoberta daquilo que Strauss se refere, com escárnio, como sendo “máximas do gangsterismo público e privado” (essas opiniões pertenceriam a um modo de pensamento político e de ação política tão antigo como a sociedade), mas no fato de ter sido o primeiro a expressar tais opiniões em seu próprio nome. Nas palavras de Strauss:

Maquiavel proclama abertamente e triunfalmente uma doutrina corruptora que os escritores antigos haviam ensinado secretamente ou com todos os sinais de repugnância. Ele diz em seu próprio nome coisas chocantes que escritores antigos tinham dito pela boca de suas personagens. Apenas Maquiavel se atreveu a proferir a doutrina do mal em um livro, fazendo isso em seu próprio nome³.

Parece ser digno de análise o conhecido enquadramento que Strauss faz de Maquiavel como precursor da modernidade. A compreensão da modernidade deve passar pela inquirição sobre a forma de pensamento subjacente aos modos modernos, assim, compreender as contradições internas dessa forma de pensar a política auxilia na compreensão de uma crise prática, a própria crise da modernidade. Há nessa concepção uma ideia que está no centro do método de Strauss, a ideia de que dada realidade política deve ser compreendida tendo em vista o aspecto intelectual que a antecede. As buscas pelo melhor modo de vida e pelo melhor regime estão no centro do ensinamento sobre o direito natural clássico. A leitura de Maquiavel enquanto precursor da crise da modernidade está orientada pela ideia de que, se seguirmos a análise de Rosen⁴, Strauss compreende a modernidade como um estado metafísico, cujo caráter é definido pela negação da filosofia pré-moderna (e não como um período histórico simplesmente). A contribuição do florentino para a crise teria se dado através do legado do seu pensamento. Ainda, para Strauss aquilo que obstrui a compreensão dos pensadores contemporâneos em relação à política dos nossos tempos é justamente o fato de que ainda são herdeiros de Maquiavel. Para eles não há mais nada de chocante no ensinamento de Maquiavel, e isso, de certo modo, poderia ser visto para ele como um atestado do sucesso prático do último.

Para Strauss, os ensinamentos contidos nos textos filosóficos são de ordem

3 No original: “Machiavelli proclaims openly and triumphantly a corrupting doctrine which ancient writers had taught covertly or with all signs of repugnance. He says in his own name shocking things which ancient writers had said through the mouths of their characters. Machiavelli alone has dared to utter the evil doctrine in a book and in his own name”. STRAUSS, *Thoughts On Machiavelli*, p. 10.

4 Sobre isso, afirma Rosen: “Modernity is not simply a historical period but a metaphysical condition of the human spirit”. ROSEN, *Leo Strauss and the Problem of the Modern*, p. 121.

normativa, pretendem prescrever algo sobre a ação política. A filosofia de Maquiavel é lida nessa chave, “seu estudo da sociedade é normativo”⁵, e seu ensinamento se coloca contra a tradição, no sentido de buscar substituir a forma de pensamento clássica pela sua própria. Ao se adentrar especificamente nas considerações de Strauss sobre o problema da tirania em Maquiavel deve se ter em vista essa constelação de problemas. Ora, a não adoção da diferenciação terminológica tradicional entre “rei” e “tirano”, seu silêncio em relação a mesma, n'*O Príncipe*, é bastante expressiva para Strauss justamente porque tem em vista a detração de todo modo de ciência política anterior (de base socrática). Ainda, para Strauss há algo na forma do aconselhamento maquiaveliano que altera fundamentalmente o modo como o problema da tirania teria sido tratado até então e, nas suas palavras, “não se pode alterar radicalmente o modo de ensinar sem se alterar radicalmente sua substância”⁶.

Inicialmente, na primeira edição de *A Filosofia Política de Hobbes (The Political Philosophy of Hobbes)*⁷, Hobbes foi considerado por Strauss como o precursor da modernidade. Posteriormente, contudo, atribui essa “honra” à Maquiavel, como ele mesmo explica no prefácio à edição americana escrita em 1951⁸. Essa mudança de posição de Strauss tem como razão sua percepção de que Maquiavel teria negado a filosofia política clássica de modo tão radical quanto Hobbes. Em *Direito Natural e História (Natural Right and History)*⁹ isso se faz presente. Maquiavel aparece como aquele que prepara (fornece as condições de possibilidade) para a revolução no interior do pensamento político que seria operada por Hobbes por meio da doutrina do estado de natureza. Fazendo referência à metáfora de Maquiavel sobre sua própria teoria, que aparece nos *Discursos*, Strauss afirma que “Foi Maquiavel, o grande Colombo, que descobriu o continente sobre o qual Hobbes poderia erigir sua estrutura”¹⁰. Ao transpor a ideia de lei natural para o campo da teoria maquiaveliana, Hobbes teria criado uma nova doutrina política¹¹. Na teoria do estado de natureza de Hobbes o que estaria em jogo é a substituição do *telos* pela morte. Cito Strauss:

5 No original: “His study of society is normative”. STRAUSS, *Thoughts On Machiavelli*, p. 11.

6 No original: “[...] one cannot radically change the mode of a teaching without radically changing its substance”. STRAUSS, *Thoughts On Machiavelli*, p. 59.

7 Tradução do manuscrito publicada em 1936.

8 STRAUSS, *The Political Philosophy of Hobbes*, p. xv.

9 Publicado originalmente em 1953.

10 No original: “It was Machiavelli, that greater Columbus, who had discovered the continent on which Hobbes could erect his structure”. STRAUSS, *Natural Right and History*, p. 177.

11 STRAUSS, *Natural Right and History*, p. 182.

A morte toma o lugar do *telos*. Ou, preservando a ambiguidade do pensamento de Hobbes, digamos que o medo da morte violenta expressa fortemente o mais poderoso e fundamental dos desejos naturais, o desejo inicial, o desejo de autopreservação¹².

A teoria do estado de natureza é deduzida das paixões do homem (de uma condição apolítica), sendo a paixão mais forte o medo da morte violenta. A ruptura fundamental de Hobbes consiste em compreender o fundamento do direito natural naquilo que ocupava o lugar mais baixo na hierarquia de fins do homem, sua auto conservação¹³.

O elemento que está em questão e que caracteriza a primeira onda da modernidade (que tem início em Maquiavel e seu ápice em Hobbes) é a transformação do problema político em um problema técnico, como Strauss descreve em *Três Ondas da Modernidade (Three Waves of Modernity)*. Maquiavel teria preparado o terreno para filosofia vindoura de Hobbes, na medida em que aponta para o abandono do fundamento transcendente da ação política. A pergunta pelo fim (*telos*) da ação seria obstruída. Cito Strauss:

Maquiavel nega o direito natural, porque ele extrai suas orientações de situações extremas, nas quais as demandas de justiça são reduzidas as demandas da necessidade, e não das situações normais, nas quais as demandas de justiça em sentido estrito são a lei mais elevada. Além disso, ele não tem que superar uma relutância no que diz respeito aos desvios daquilo que é normalmente correto. Ao contrário, ele parece não derivar nenhum pequeno contentamento em contemplar esses desvios, e ele não está preocupado com nenhuma investigação meticulosa se algum desvio em particular é realmente necessário ou não. O verdadeiro homem político no sentido aristotélico, por outro lado, extrai suas orientações da situação normal e do que é normalmente correto, e relutantemente se desvia daquilo que é normalmente correto apenas com a finalidade de salvar a causa da justiça e a própria humanidade¹⁴.

A forma do aconselhamento sobre o modo como os príncipes devem guiar suas ações

12 No original: "Death takes the place of the *telos*. Or, to preserve the ambiguity of Hobbes's thought, let us say that the fear of violent death expresses most forcefully the most powerful and the most fundamental of all natural desires, the initial desire, the desire for self-preservation". STRAUSS, *Natural Right and History*, p. 181.

13 STRAUSS, *The Three Waves of Modernity*, p. 88.

14 No original: "Machiavelli denies natural right, because he takes his bearings by the extreme situations in which the demands of justice are reduced to the requirements of necessity, and not by the normal situations in which the demands of justice in the strict sense are the highest law. Furthermore, he does not have to overcome a reluctance as regards the deviations from what is normally right. On the contrary, he seems to derive no small enjoyment from contemplating these deviations, and he is not concerned with the punctilious investigation of whether any particular deviation is really necessary or not. The true statesman in the Aristotelian sense, on the other hand, takes his bearings by the normal situation and by what is normally right, and he reluctantly deviates from what is normally right only in order to save the cause of justice and humanity itself". STRAUSS, *Natural Right and History*, p. 162.

apresentada com ausência de relutância, a derivação da norma do caso extremo e, por fim, a concepção implícita de que é possível alterar a natureza humana, são para Strauss os grandes pontos de ruptura de Maquiavel com o ensinamento clássico da busca pelo melhor regime.

A reivindicação de Strauss, contrariamente, consiste em um retorno ao espírito que animava a filosofia política em sua origem, no seu momento não-tradicional, quando era ao mesmo tempo teoria e habilidade política. A visão que Strauss atribui a Maquiavel da ênfase sem relutância naquilo que seriam os remédios para momentos extremos, a redução das demandas de justiça a necessidade, é confrontada por ele pela ideia de que a busca pelo todo natural, aquilo do qual o homem faz parte e que o transcende, deve fundar a ordem política. Embora não postule normas de ação que seriam universalmente válidas, Strauss sustenta que o direito natural consiste em uma hierarquia de fins universalmente válida. Cito: “O único parâmetro universalmente válido é a hierarquia de fins”¹⁵. O ponto é que as demandas de justiça podem requerer a consecução de um fim mais urgente no lugar de um fim mais elevado, mas isso não invalidaria a hierarquia de fins. Uma regra universal de substituição da urgência em detrimento daquilo que é mais elevado não poderia ser postulada. Para Strauss a chave para se pensar moral e política seria a natureza, é a busca de parâmetros “transhistóricos” que deve animar a política, portanto, a noção de temporalidade determinante na normatividade da ação política é a eternidade. Um corte com essa noção teria sido operado por Maquiavel, quando da dissociação entre moralidade e virtude. A virtude (*virtù*) de Maquiavel não poderia ser entendida como virtude no sentido clássico, por não ser mais ligada a ideia de perfeição da natureza humana. Não há qualquer fundamento transcendente para Maquiavel, portanto não há a pergunta pelo melhor regime nos termos de Strauss. Maquiavel, para o autor, teria anulado a diferença entre vida contemplativa e política (do cidadão), subvertendo a ordem natural de superioridade da primeira em relação a segunda¹⁶. Ainda, segundo Strauss, a leitura da

15 No original: “The only universally valid standard is the hierarchy of ends”. STRAUSS, *Natural Right and History*, p. 163.

16 Interessa notar que é precisamente aquilo que Strauss critica em Maquiavel que Hannah Arendt, por exemplo, busca reter e marcar sua semelhança com o último. Apesar de Arendt, em *A Condição Humana*, fazer a leitura do modelo de ação presente na teoria de Maquiavel como sendo ainda pensado em termos de fabricação, ela, por outro lado, enfatiza sua defesa da autonomia do político em suas análises sobre o problema da aparência. Ainda, o elemento do conflito presente na análise dos humores da cidade nos *Discursos* pode ter mais semelhança com a autora do que ela teria considerado. Outra diferença central entre Strauss e Arendt centra-se no uso dos termos totalitarismo e tirania. Ao pensar o fenômeno do totalitarismo Arendt tem em vista o exaurimento das categorias tradicionais para a compreensão de um fenômeno radicalmente novo.

“*fortuna*” por Maquiavel também se distanciaria da dos clássicos e acusaria sua instrumentalização da política. A postulação de que a *fortuna* pode ser controlada pela força se afastaria da visão clássica de que estabelecer o melhor regime depende do incontrolável, da *fortuna* (como correspondente à sorte), *i.e.*, a ideia de *fortuna* maquiaveliana estaria imbuída pela reivindicação implícita da ideia de que a natureza humana pode ser alterada, em contraste com a ideia de que o melhor regime depende tão somente da atualização da humanidade (por ser de acordo com a natureza).

II Sobre a tirania

Sobre a tirania, o primeiro ponto a ser notado é que Strauss não se propõe a realizar um estudo histórico do problema, como se o que estivesse em jogo fosse a compreensão de uma forma de governo específica do passado e cuja potencialidade enquanto categoria política estivesse prescrita. Trata-se, para ele, de restituir ao termo tirania a capacidade explicativa de um fenômeno que também se faz presente nos nossos tempos, a “tirania dos nossos tempos”.

Na introdução do texto *Sobre a Tirania (On Tyranny)*, Strauss começa a enunciar um plano de trabalho para que se compreenda a forma de tirania moderna. O escopo do texto seria aparentemente uma análise do *Hiéron*, de Xenofonte, mas vale notar que um recurso bastante utilizado por Strauss consiste em se valer da forma tradicional do comentário para, na verdade, encabeçar suas grandes teses. Os clássicos nos forneceriam a chave de compreensão em relação àquilo que estaria no núcleo da tirania, o que nossa atual ciência teria se mostrado incapaz de fazer. O texto já começa com a exortação do poder das análises sobre a tirania no período clássico – de Xenofonte em específico – que remete o leitor a pergunta: qual seria a premissa que justificaria se iniciar um texto sobre um “diálogo esquecido sobre a tirania”? Cito Strauss:

A análise da tirania feita pelos primeiros cientistas políticos foi tão clara, tão compreensiva, e expressada de maneira tão inesquecível, que foi lembrada e compreendida por gerações que não tiveram qualquer experiência direta com a tirania¹⁷.

17 No original: “The analysis of tyranny that was made by the first political scientists was so clear, so comprehensive, and so unforgettably expressed that it was remembered and understood by generations which did not have any direct experience of actual tyranny”. STRAUSS, *On Tyranny*, pp. 22-23.

O poder compreensivo das análises dos clássicos poderia ser atestado pelo fato de que suas explicações serviram para orientar gerações que não tiveram uma experiência direta com o fenômeno da tirania. Na sequência, Strauss procede a um movimento que parece relativizar tal premissa, classificando a tirania “dos nossos tempos” como aquela que ultrapassou os limites da imaginação dos mais poderosos pensadores do passado. Contudo, tal movimento não termina sem a justificação do retorno a literatura clássica – há algo que está no núcleo da tirania que escapa a ciência política moderna. Cito Strauss:

O cientista político que aceita essa visão de ciência vai falar de estado-massa, de ditadura, de totalitarismo, de autoritarismo, e por aí vai, e como um cidadão ele pode condenar tais coisas com todo o coração; mas como um cientista político ele é forçado a rejeitar a noção de tirania por ser “mítica”¹⁸.

Assim, a tirania é para ele uma categoria atual. Strauss faz a crítica do uso de termos como totalitarismo, uso que aparece para ele muito mais como algo que mascara o fenômeno e que obstrui a compreensão do real problema. O que estaria em jogo no seu uso do termo tirania é principalmente não se abster de realizar um juízo de valor, algo que seria estranho ao modo de proceder da ciência moderna e que, ao mesmo tempo, acusaria sua insuficiência.

A especificidade da nova forma de tirania estaria centrada na mobilização da técnica e da ideologia que, por sua vez, não pode ser desvencilhada da ciência moderna. Maquiavel aparece aí. Ao se ler *Sobre a Tirania*, não se pode perder de vista dois pontos: primeiro, a especificidade da escolha de Xenofonte, que não é um clássico que os modernos tiveram em alta conta, *i.e.*, integra a estratégia de Strauss recuperar a grandeza de Xenofonte; segundo, sua análise sobre o *Hiéron* é feita em aberto contraste com o ensinamento de Maquiavel. Há apenas três momentos, sem contar com as notas, que Maquiavel é mencionado diretamente em *Sobre a Tirania*, mas na introdução Strauss parece indicar ao seu leitor que Maquiavel se faz presente implicitamente em todo texto. Sua menção nesses três momentos não é meramente informativa, ao falar de Maquiavel no enquadramento temático do problema da tirania, ele marca que a forma do ensinamento maquiaveliano deve ser enfrentada para que se possa desobstruir o

18 “The political scientist who accepts this view of science will speak of the mass-state, of dictatorship, of totalitarianism, of authoritarianism, and so on, and as a citizen he may whole heartedly condemn these things; but as a political scientist he is forced to reject the notion of tyranny as "mythical"”. STRAUSS, *On Tyranny*, p. 23.

caminho para compreensão do fenômeno da tirania dos nossos tempos. Ele se preocupa com o fato de Maquiavel, primeiro, se silenciar sobre determinadas distinções que certamente eram de seu conhecimento, mas mais do que isso, com o fato dele transmitir ao homem de ação (imprudentemente e impetuosamente) um ensinamento que os clássicos apenas legaram aos seus leitores por meio de porta-vozes e submetido a valoração negativa. Sobre isso, complementando, em *Pensamentos Sobre Maquiavel*, Strauss coloca Maquiavel no quadro da grande tradição como aquele que pretendeu mudá-la no sentido de estabelecer um programa de ação para a filosofia. Já que “a bondade não basta”, a filosofia deveria, então, se tornar ocupada com a política. Contra isso, a posição de Strauss é a de que se os antigos foram esquecidos, seus princípios não foram superados. Assim, o ensinamento de Xenofonte seria mobilizado como arma contra todo um conjunto de princípios que teriam matriz maquiaveliana e se fariam presentes nos nossos tempos.

Antes de continuar a comentar as referidas passagens de *Sobre a Tirania*, quero mencionar outro texto, *Maquiavel e a Literatura Clássica (Machiavelli and Classical Literature)*. Nele, Strauss se propõe a explicitar as referências da literatura clássica que aparecem no trabalho de Maquiavel, sem proceder, no entanto, a uma análise exaustiva de todas, e sim uma análise seletiva de duas principais fontes, quais sejam: Xenofonte e Lívio. Para Strauss, o ataque de Maquiavel à tradição se daria principalmente em dois frentes: um ataque a moral e um a revelação. Me restringirei aqui ao aspecto moral tão somente. Ainda, é o enfrentamento que Strauss procede entre Maquiavel e Xenofonte que me interessa reter aqui (especialmente porque o referido texto de Strauss dedicado a tirania tem como principal referência uma obra de Xenofonte). Strauss destaca o fato de Xenofonte ser o autor clássico referido diretamente por mais vezes em *O Príncipe* e o segundo mais citado nos *Discursos*, além de sua aparição ser mais frequente do que Platão, Aristóteles e Cícero juntos. Cito Strauss:

Xenofonte é de importância única para Maquiavel: ele menciona Xenofonte no Príncipe e nos Discursos mais frequentemente do que ele faz com Platão, Aristóteles e Cícero juntos. Isso é um acidente ou é deliberado?¹⁹.

19 No original: “Xenophon is of unique importance to Machiavelli: he mentions Xenophon in the Prince and the Discourses more frequently than he does Plato, Aristotle, and Cicero taken together. Is this an accident or is it deliberate?”. STRAUSS, Leo. *Machiavelli and Classical Literature*, p. 12.

No texto *Sobre a Tirania*, a estratégia de Strauss consiste em diferenciar os modos de aconselhamento empreendidos por Simonides, personagem de Xenofonte, e por Maquiavel. Em outras palavras, coloca Xenofonte *contra* Maquiavel, relativizando a ideia de que Maquiavel teria compreendido ou se valido do ensinamento mais profundo de Xenofonte. Aqui, Strauss lê Maquiavel *contra* o ensinamento de Xenofonte no sentido de tomar esse como uma das matrizes da ideia de direito natural. Strauss apresenta o duplo aspecto do universo moral de Xenofonte já que, por um lado aponta para prática (tem um homem de ação em seu horizonte) e, por outro, está relacionado à racionalidade filosófica. Assim, Xenofonte não se dissocia do tipo de retórica que interessa a Strauss, a retórica socrática, que tem como propósito, por meio da ironia, livrar os homens dos charmes que os tornam obtusos, e que tem como melhor produto o diálogo. Cito Strauss:

Xenofonte, um pupilo de Sócrates, pode fazer o que um pupilo de Górgias não pode porque, sendo um pupilo de Sócrates, ele não acredita na onipotência ou quasi-onipotência do discurso, mas sabe que os homens podem ser governados apenas pela mistura entre persuasão e coerção, uma mistura de um certo tipo de discurso com a aplicação de poder braçal. É quase desnecessário dizer que Xenofonte não é um maquiaveliano *avant la lettre*: O universo moral de Xenofonte tem dois polos, um aponta para um grande homem político, digamos, para Ciro, e outro aponta para o reverenciado mestre de Xenofonte, Sócrates. Mas não há lugar para Sócrates no universo moral de Maquiavel. Para que se chegue em Maquiavel, partindo de Xenofonte, deve se efetuar uma ruptura radical com o pensamento socrático, deve se descobrir um novo continente moral²⁰.

O que Maquiavel teria feito seria romper com a dimensão socrática do pensamento de Xenofonte. Ao dar cabo a tal ruptura, se desliga também da grande tradição da filosofia moral e política, a tradição fundada por Sócrates e que culmina na obra de Aristóteles, segundo a qual existe um direito natural²¹. Isso significaria a

20 No original: “Xenophon, a pupil of Socrates, can do what the pupil of Gorgias cannot do because, being a pupil of Socrates, he does not believe in the omnipotence or quasi-omnipotence of speech but knows that men can be ruled only by a mixture of persuasion and coercion, a mixture of a certain kind of speech and of the application of brachial power. It almost goes without saying that Xenophon is not a Machiavellian *avant la lettre*: Xenophon's moral universe has two poles, the one pointed to by the great political man, say, by Cyrus, and the other pointed to by Xenophon's revered master, Socrates. But there is no place for Socrates in Machiavelli's moral universe. In order to arrive at Machiavelli's thought by starting from Xenophon, one must effect a radical break with Socratic thought, one must discover a new moral continent”. STRAUSS, *Machiavelli and Classical Literature*, p. 13.

21 Sobre isso, a passagem de Strauss: “Machiavelli breaks with the Great Tradition of moral and political philosophy, the tradition founded by Socrates and culminating in the work of Aristotle; he breaks with the tradition according to which there is natural right. Instead he opts for the classical alternative, for the view that all right is conventional. In contradistinction to Aristippus and Diogenes, Machiavelli is a political philosopher, a man concerned with the good society; but he understands the good society by starting from

subversão da habilidade política propriamente socrática e, no que tange a tirania, culminaria na perda da prudência no aconselhamento do tirano.

Na introdução, aparece o maior número de linhas escritas sobre Maquiavel no texto *Sobre a Tirania*. A relação de Maquiavel com o problema da tirania centra-se primeiro no fato de que a ciência política atual remonta sua origem em Maquiavel. Strauss percebe como a própria forma d'*O Príncipe* (a adoção do gênero espelho do príncipe) teria um uso retórico (percepção esta que começa a aparecer em outras leituras posteriores sobre a obra). A especificidade da sugestão de Strauss, que conduz o seu leitor por um caminho peculiar, aparece quando ele afirma que não se deve atribuir importância desnecessária a outro espelho do príncipe se não aquele que Maquiavel teria se referido enfaticamente, *A Educação de Ciro*, de Xenofonte (texto sobre o rei perfeito, entendido em contra distinção ao tirano). A marca característica d'*O Príncipe*, para Strauss, é precisamente a negligência deliberada em relação à distinção entre o “rei” e o “tirano”. Esse silêncio de Maquiavel é bastante enfático para o autor, uma vez que tem em vista, como já dito, a rejeição do ensinamento da tradição fundada por Sócrates. Cito Strauss:

Confrontando o ensinamento do Príncipe com aquele transmitido pelo Hiéron, pode se compreender mais claramente a sutil e, de fato, mais decisiva diferença entre a ciência política socrática e a ciência política maquiaveliana. Se for verdade que toda ciência política pré-moderna se repousa sobre as fundações deixadas por Sócrates, enquanto que toda ciência política especificamente moderna se repousa sobre fundações deixadas por Maquiavel, também pode se dizer que o Hiéron marca o ponto de contato mais próximo entre ciência política pré-moderna e moderna²².

A fonte clássica sobre a tirania privilegiada por Maquiavel seria o *Hiéron* e, para Strauss, o empreendimento de Maquiavel só pode ser entendido se confrontado ao ensinamento tradicional que ele rejeita. Portanto, para que se compreenda a diferença decisiva entre ciência política socrática e ciência política maquiaveliana, deve-se

the conventionalist assumption, from the premise of extreme individualism: man is not by nature political, man is not by nature directed toward political society. Machiavelli achieves a synthesis of the two classical traditions. He achieves that synthesis by going over to a new plane from the plane on which all classical thought moved. To use what is almost his own expression, he discovered a new continent different from the only continent that was known prior to him” (Strauss, 1970, p. 13; 10)”.

22 No original: “By confronting the teaching of the Prince with that transmitted through the Hiero, one can grasp most clearly the subtlest and indeed the decisive difference between Socratic political science and Machiavellian political science. If it is true that all premodern political science rests on the foundations laid by Socrates, whereas all specifically modern political science rests on the foundations laid by Machiavelli, one may also say that the Hiero marks the point of closest contact between premodern and modern political science”. STRAUSS, *On Tyranny*, pp. 24-25.

retornar ao *Hiéron*, *i.e.*, deve-se analisar a rejeição ao, como foi mencionado, pelo socrático do universo moral de Xenofonte. Em outras palavras, interpreto, apesar do problema da tirania aparecer nos *Discursos*, em oposição à forma de governo republicana, em Strauss, Maquiavel teria responsabilidade pelo legado do seu pensamento, pelo fato da tirania ter se tornado uma categoria prescrita. Esse esforço de Strauss pode ser entendido como parte da sua proposta de crítica da modernidade (compreendendo a crise da modernidade como implosão da sua forma de racionalidade) da busca por alternativas a racionalidade moderna em um mundo que ela se apresenta como a única alternativa. Maquiavel pertence ao momento em que os princípios modernos não eram auto evidentes.

A segunda ocorrência de Maquiavel no texto *Sobre a Tirania* explica algo sobre a forma de aconselhamento do tirano. Cito Strauss:

O maior homem que já imitou o Hiéron foi Maquiavel. Eu não ficaria surpreso se um estudo suficientemente atento da obra de Maquiavel levasse à conclusão de que é precisamente a perfeita compreensão de Maquiavel da principal lição pedagógica de Xenofonte que aparece nas frases mais chocantes que ocorrem no Príncipe. Mas se Maquiavel compreendeu a lição de Xenofonte, ele certamente não a aplicou ao espírito do seu criador. Pois, de acordo com Xenofonte, o professor de tiranos tem que aparecer como um homem totalmente sem escrúpulos, não por protestar que ele não teme o inferno nem diabo, nem expressando princípios imorais, mas simplesmente por não dar notícia dos princípios morais. Ele deve revelar sua alegada ou real liberdade da moralidade, não por discurso, mas por silêncio. Pois ao fazê-lo, ao ignorar a moralidade "por ato" em vez de atacá-la "pela fala", ele revela ao mesmo tempo a sua compreensão das coisas políticas. Xenofonte, ou o seu Simonides, é mais "político" do que Maquiavel; ele se recusa a separar "moderação" (prudência) de "sabedoria" (insight)²³.

A distinção entre as formas de aconselhamento de Maquiavel e Xenofonte está ligada ao papel do silêncio. Na interpretação de Strauss²⁴, em *Hiéron*, o modo como o sábio ganha a confiança do tirano é pelo silêncio. Ao ouvir um longo discurso de Hiéron, que

23 No original: "The greatest man who ever imitated the Hiero was Machiavelli. I should not be surprised if a sufficiently attentive study of Machiavelli's work would lead to the conclusion that it is precisely Machiavelli's perfect understanding of Xenophon's chief pedagogic lesson which accounts for the most shocking sentences occurring in the Prince. But if Machiavelli understood Xenophon's lesson, he certainly did not apply it in the spirit of its originator. For, according to Xenophon, the teacher of tyrants has to appear as an utterly unscrupulous man, not by protesting that he does not fear hell nor devil, nor by expressing immoral principles, but by simply failing to take notice of the moral principles. He has to reveal his alleged or real freedom from morality, not by speech but by silence. For by doing so by disregarding morality "by deed" rather than by attacking it "by speech" – he reveals at the same time his understanding of political things. Xenophon, or his Simonides, is more "politic" than Machiavelli; he refuses to separate "moderation" (prudence) from "wisdom" (insight)". STRAUSS, *On Tyranny*, p. 56.

24 Ver: STRAUSS, *On Tyranny*, pp. 48-64.

tenta provar a infelicidade do tirano, Simonides se mostra indiferente as depravações narradas por ele, terminando por afirmar que a vida do tirano é preferível porque pode levar a maior honra. É pelo silêncio que Simonides supera Hiéron (aos olhos do último) em falta de escrúpulos e mostra sua competência para aconselhá-lo. Esse movimento culmina na mudança de opinião de Hiéron sobre sua atividade, falar de si agora como aquele aquele deve punir a injustiça. Ao considerar sua atividade em termos de “governo”, fala com mais vigor contra a tirania do que antes. O sucesso de Simonides consiste em, após ganhar a confiança do tirano, apelar silenciosamente para seu espírito de cidadão. Após preparar o terreno, o sábio fala, procede ao aconselhamento, que tem como conclusão o convencimento de Hiéron de que um homem que se torna um governante da cidade por meio de “inumeráveis crimes da maior gravidade”, pode se tornar feliz se seu poder for usado em benefício dos seus súditos. Para Strauss, a lição de Xenofonte que Maquiavel compreende poderia ser assim enunciada: para se aconselhar o tirano deve se ganhar sua confiança e, para isso, deve parecer não ter escrúpulos. Contudo, se por um lado Maquiavel compreende isso, por outro, se afasta do espírito de Xenofonte ao ignorar a prescrição do uso do silêncio como forma de se manter fiel ao ensinamento socrático (do direito natural). Se o sábio vai ignorar a moralidade (a convenção) ele deve fazê-lo pelo silêncio, e tal afastamento – no aconselhamento do tirano – não pode se fazer às custas da justiça.

A última menção direta a Maquiavel no texto *Sobre a Tirania*, aparece em uma seção em que Strauss fala sobre o uso dos termos no *Hiéron*²⁵. Nesse ponto a referência a Maquiavel é a primeira vista por aproximação, a omissão de determinados termos aparece como um dispositivo comum a ambos. Xenofonte evita o termo “rei” em um trabalho sobre a tirania. A consequência do seu silêncio é a presunção de que o tirano sofre de uma “falta de título que valide sua posição”. Maquiavel evita os termos “*tiranno*” e “*tiranni*” n'*O Príncipe* em relação àqueles que nos *Discursos* são referidos por tais termos. Strauss não responde qual seria a consequência disso, mas em nota prescreve que comparemos isso com a transição do termo “tirano” para “governante” (*ruler*) na segunda parte do Hiéron. Pois bem, mas antes disso, creio que vale mobilizar a interpretação que Strauss realiza em *Pensamentos sobre Maquiavel* sobre a relação entre *O Príncipe* e os *Discursos*. Cito Strauss:

As epístolas dedicatórias nos informam sobre os destinatários dos dois

25 Ver: STRAUSS, *On Tyranny*, p. 64.

livros, das qualidades daqueles homens “a quem acima de todos os outros [os livros] são endereçados.” Epístolas dedicatórias foram uma prática comum, mas se não todos, certamente um homem incomum é livre para investir uma prática comum com uma significância incomum. *O Príncipe* é endereçado a um príncipe; os *Discursos* são destinados a dois jovens, homens que foram cidadãos privados. Pode-se pensar por um momento que o Príncipe trata de tudo aquilo que Maquiavel sabe do ponto de vista de um príncipe, enquanto os *Discursos* tratam de tudo que Maquiavel sabe de um ponto de vista republicano. Pode-se pensar, em outras palavras, que Maquiavel é um técnico político supremo que, sem predileção, sem convicção alguma, aconselha príncipes como preservar e aumentar seus poderes principescos, e aconselha republicanos a como estabelecer, manter e promover um modo de vida republicano²⁶.

Se considerarmos a sugestão de Strauss, os *Discursos* e *O Príncipe* passariam a ser pensados como o mesmo ensinamento, “tudo que Maquiavel sabe”, sob perspectivas diferentes. Voltando à prescrição da referida nota, deveríamos, então, considerar *O Príncipe* e os *Discursos* (assim como o *Hiéron*, de Xenofonte, que se divide em dois para Strauss) duas partes do mesmo livro? Se tratar-se disso, o que estaria em jogo para Strauss seria o movimento que se realiza de uma parte para outra do texto nos dois casos. Para Strauss, da primeira para a segunda parte do *Hiéron* ocorre um movimento de transição do termo “tirano” para “governante”. O sábio induz *Hiéron* a pensar na sua própria atividade em termos de “governo” (*ruling*) no lugar de pensá-la em termos de “tirania”. A mudança nos termos indica o sucesso no convencimento, na persuasão que se fez mais pelo silêncio do que por ação, do tirano pelo sábio. Diferentemente, a mudança nos termos operada por Maquiavel – do ponto de vista monárquico Nábis²⁷ e Pandolfo Petrucci²⁸ seriam príncipes e do ponto de vista republicano (dos *Discursos*) seriam tiranos – significaria a indiferença, indicaria que o valor subjacente à sua análise seria para ele mesmo a ausência de predileção entre uma forma ou outra. A habilidade política suprema moderna não seria mais pensada em

26 No original: “The Epistles Dedicatory inform us of the addressees of the two books, of the qualities of those men “to whom above all others [the books] are addressed.” Epistles Dedicatory were a matter of common practice, but if not everyone, certainly an uncommon man is free to invest a common practice with an uncommon significance. The *Prince* is addressed to a prince; the *Discourses* are addressed to two young men who were private citizens. One might think for a moment that the Prince deals with everything Machiavelli knows from the point of view of a prince, whereas the *Discourses* deal with everything Machiavelli knows from a republican point of view. One might think, in other words, that Machiavelli is a supreme political technician who, without any predilection, without any conviction, advises princes how to preserve and increase their princely power, and advises republicans how to establish, maintain, and promote a republican way of life”. STRAUSS, *Thoughts On Machiavelli*. p. 20.

27 Ver: em *O Príncipe*, Nábis é referido como príncipe dos espartanos (II *Príncipe*, IX); Nos *Discursos*, Nábis é referido como tirano de Esparta (*Discorsi* I, 40).

28 Ver: em *O Príncipe*, Pandolfo Pretruzzi é referido como príncipe de Siena (II *Príncipe* XX e XXII); Nos *Discursos*, é referido como, Pandolfo, tirano de Siena (*Discorsi* III, 6).

termos da maestria socrática, mas como técnica – e, para Strauss, Maquiavel teria arquitetado isso”.

Bibliografia

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Firenze: a cura di Mario Martelli, 1971; MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Príncipe*. Torino: a cura di Luigi Firpo, 1961; MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. In: *O príncipe; escritos políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).

ROSEN, Stanley. *Leo Strauss and the Problem of the Modern*. In Smith, Steven B. (ed.), *The Cambridge companion to Leo Strauss*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. pp. 119-136.

STRAUSS, Leo. *Machiavelli and Classical Literature*. St. John: St. John's University Press, 1970.

STRAUSS, Leo. *Natural Right and History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

STRAUSS, Leo. *On Tyranny* (Rev. and expanded ed., including the Strauss-Kojeve correspondence – edited by Victor Gourevitch and Michael S. Roth). Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

STRAUSS, Leo. *The Political Philosophy of Hobbes: Its Basis and Its Genesis*. Chicago: Phoenix Books, 1996.

STRAUSS, Leo. *The Three Waves of Modernity*. In: Strauss, Leo. *An Introduction to Political Philosophy: ten essays*. Detroit: Wayne State University Press, 1989. pp. 81-98.

STRAUSS, Leo. *Thoughts On Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

XENOPHON. *Hiero or Tyrannicus* (Translated by Marvin Kendrick; revised by Seth Bernardete). In: Strauss, Leo. *On Tyranny* (Rev. and expanded ed., including the Strauss-Kojeve correspondence – edited by Victor Gourevitch and Michael S. Roth). Chicago: The University of Chicago Press, 2000. pp. 3-21.